
*De Pé Sobre
a Terra.
Estudos Sobre
a Indústria,
o Trabalho e
o Movimento
Operário em
Portugal.*

TÍTULO

De Pé Sobre a Terra.

Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal.

Contribuições provenientes da série de encontros de investigadores de ciências sociais “Áreas Industriais e Comunidades Operárias”, organizados em 2011 em Portimão, a 3 e 4 de Junho, em Lisboa, a 20, 21 e 22 de Outubro, em Almada, a 25, 26 e 27 de Novembro, e no Porto, a 16 e 17 de Dezembro, por Bruno Monteiro (Instituto de Sociologia, Universidade do Porto) e Joana Dias Pereira (Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa).

ORGANIZADORES

Bruno Monteiro

Joana Dias Pereira

DESIGN GRÁFICO

Catarina Azevedo

catarina.azzevedo@gmail.com

ISBN

978-989-98170-1-2

FORMATO

155 X 240 mm

1ª EDIÇÃO

----- 2013

Esta publicação não se destina à circulação comercial e não tem, além disso, nenhum fim lucrativo. Os autores, titulares do direitos desta obra, publicam-na nos termos da licença Creative Commons «Atribuição – Uso Não Comercial – Partilha» nos mesmos termos 2.5 Portugal (cf. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/pt/>).

De Pé Sobre a Terra.

Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal.

ORGANIZAÇÃO

IHC INSTITUTO
DE
HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA

 Universidade
Popular do
Porto

 Instituto
SOCIOLOGIA

2



FLUXO DE
INFORMAÇÃO
E DE MATERIAIS
EM SISTEMAS DE COZINHA

APOIOS

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
ANEXO 2013/14 - PROJ. Nº 01/2013/14



FCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

U. PORTO
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO


mureu
DE PORTOFRANCOS

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

Construção.

*Planeamento Urbano,
Arquitectura,
Habitação Operária.*

HUGO NAZARETH FERNANDES
DEOLINDA FOLGADO
RUI JORGE GARCIA RAMOS
ELISEU GONÇALVES
JOÃO CASTELA CRAVO

Nota Final de

DEOLINDA FOLGADO

CAPÍTULO II

Contestação.

*Ideias, Lutas e
Outros Aspectos do
Movimento Operário*

PAULO GUIMARÃES
TERESA FONSECA
ROSALINA CARMONA
CONSTANTINO PIÇARRA
SÍLVIA CORREIA e JOSÉ NUNO MATOS
JOÃO FREIRE

JOSÉ MANUEL LOPES CORDEIRO
MARIA JOÃO RAMINHOS DUARTE
RAQUEL VARELA

CÁTIA TEIXEIRA

Nota Final de

SÓNIA FERREIRA

CAPÍTULO III

Cultura.

*Expressões Artísticas,
Práticas Desportivas e
Colectividades Locais.*

JOÃO FREIRE

LÚIS CUNHA

CLÁUDIA FIGUEIREDO

NUNO DOMINGOS

DULCE SIMÕES

CARINA INFANTE DO CARMO

Nota Final de

PAULA GODINHO

CAPÍTULO IV

Trabalho.

*Técnicas, Práticas e
Políticas do Trabalho
Operário.*

ANA CARINA AZEVEDO

VANESSA DE ALMEIDA

BRUNO MONTEIRO

DAVID PEREIRA

Nota Final de

VICTOR PEREIRA

CAPÍTULO V

Cidade.

*Transformações Sociais
e Territorialização
da Indústria.*

MAGDA PINHEIRO
MARIA ALFREDA CRUZ
JOANA DIAS PEREIRA
FRÉDÉRIC VIDAL
FÁTIMA SABINO
MARIA DA LUZ SAMPAIO
ANA PRATA
JOÃO ALDEIA
Nota Final de
VIRGÍLIO BORGES PEREIRA

CAPÍTULO VI

Memória.

*Os Registos do
Passado Industrial.*

DULCE SIMÕES
TERESA SÁ
PAULA RODRIGUES
SUZANA MENEZES
IGNACIO PEREDA *com*
FRANCISCO MANUEL PAREJO MORUNO
Nota Final de
JOÃO BAÍA

CAPÍTULO VII

Ofícios.

*Estudos Sobre as
Actividades Laborais
em Contexto.*

JOAQUIM VIEIRA RODRIGUES
INÊS FONSECA
AMÉRICO NUNES
RUI NARCISO PALMA GUITA
EMÍLIA MARGARIDA MARQUES
MARIA ALICE SAMARA
Nota Final de
DULCE FREIRE

CAPÍTULO VIII

Debates.

*Balanços, Dilemas
e Oportunidades
da Investigação
Sócio-Históricas.*

MIRIAM HALPERN PEREIRA
JOSÉ MADUREIRA PINTO

CAPÍTULO IX

Testemunhos

MARIA RODRIGUES MADEIRA
MARGARIDA TENGARRINHA
ADILO COSTA
ANTÓNIO GERVÁSIO
ERCÍLIA TALHADAS
AMÉRICO LEAL



1982: da Greve Geral à Madrugada Sangrenta

Durante uma visita às festas de Campo Maior, o actual primeiro-ministro Pedro Passos Coelho declarou ser necessário não confundir o exercício do direito à manifestação e à greve com a postura daqueles *que pensam que podem incendiar as ruas e ajudar a queimar Portugal* (Público 2011). Num contexto em que se torna evidente a distinção entre «bons» e «maus» manifestantes, «pacíficos» e «violentos», «cidadãos» e «radicais» importa recordar eventos passados em que os primeiros se viam reduzidos à condição dos segundos.

Há trinta anos atrás, no ano de 1982, o país encontrava-se sob governo da Aliança Democrática (AD), formação política composta por PPD/PSD, CDS e monárquicos. O seu programa era a austeridade, embora a ordem discursiva de então fizesse expressar de outro modo a flexibilização da lei dos despedimentos (numa conjuntura de expansão de contratos-a-prazo), a imposição de tectos salariais, os aumentos de taxas e cortes ao nível da saúde e da habitação e, finalmente, a proposta de revisão constitucional a apontar para o fim das nacionalizações e da reforma agrária.

A radicalidade de tais medidas, consubstanciadas pela situação de crise vivida (com cerca de 400 000 trabalhadores desempregados), tem como resposta a convocação daquela que seria a primeira greve geral do então ainda jovem regime democrático. Sem

a participação da União Geral de Trabalhadores (UGT), o governo AD inicia de imediato uma campanha de difamação da CGTP-IN, insinuando uma aproximação da central sindical ao fenómeno da luta armada, ainda activo. Cerca de uma semana antes da greve, marcada para o dia 12 de Fevereiro de 1982, um engenho explosivo destrói parte da casa de Torres Couto, à altura líder da UGT. Na sequência deste acontecimento, em entrevista ao telejornal da RTP, o dirigente sindical insinua a existência de uma relação entre o atentado e a acção da Intersindical: *esta sabe que sem a nossa adesão a greve não terá o êxito que eles gostariam que tivesse e, por conseguinte, tem que recorrer a algumas forças anti-democráticas, a métodos desta natureza*¹.

Entre acusações de que a iniciativa visava a destabilização do regime e promessas de protecção aos que optassem por não exercer o direito à greve, o governo envia um ofício à CGTP-IN onde afirma ter chegado ao seu conhecimento informações relativas a pressões *junto das populações, convidando-as a aderir à greve de dia 12 de Fevereiro, sob pena de retaliações graves*. No mesmo comunicado, as autoridades prometem *responsabilizar até às últimas consequências os elementos provocatórios passíveis de comportamento ilícito, bem como reforçar os serviços de segurança e de protecção às populações, garantindo genericamente o direito à segurança de todos, incluindo*

1 CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 12 de Fevereiro de 1982, n.º 195, «Resultados», «Declarações de Torres Couto ao Telejornal do dia 7.2.82».

*os que quiserem trabalhar*². Paralelamente, o Ministério da Administração Interna (MAI) faz seguir para as forças policiais *vários textos que caracterizavam a acção dos sindicatos como perigosa manobra golpista contra... a democracia (O Diário 24 de Fevereiro de 1982).*

No dia da greve, as notícias não enfatizarão os cerca de 1.500.000 trabalhadores em greve (números da CGTP). Tampouco as inúmeras tentativas de intimidação a grevistas – do impedimento da organização de plenários e piquetes nos locais de trabalho às ameaças de não renovação de contratos-a-prazo, passando por processos disciplinares, suspensões, ou faltas injustificadas – foram alvo de destaque. A atenção acabará por se centrar em alguns actos de sabotagem, como o apedrejamento de autocarros em serviço ou o tão famigerado recurso à colocação de pregos na estrada. Num telex de 3,70 metros enviados pelo MAI aos meios de comunicação social, chega-se mesmo a mencionar *um pinheiro de pequeno porte (O Dia 19 de Fevereiro de 1982)*, utilizado no bloqueio de uma via.

A tese da insurreição, alimentada pelo então ministro da AI Ângelo Correia, acabará por apostar nos resultados da detenção de três pessoas, ao final do dia, ao redor de um automóvel estacionado na zona do Parque Eduardo VII. A apreensão de armas, de material de emissão radiofónica e de gravações onde se afirmava o apoio à greve, e a conseqüente suspeita de envolvimento das FP-25, levaram

2 CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 12 de Fevereiro de 1982, n.º 189, «Contactos com entidades oficiais», Ofício do Gabinete do Ministro ao Secretário-geral da CGTP-Intersindical Nacional, 8 de Fevereiro de 1982.

Ângelo Correia a juntar os pontos soltos. Por mais distanciados que estivessem um dos outros, todos eles foram juntos num puzzle, o qual, nas suas próprias palavras, assinalava *um plano subversivo e destabilizador tendente a alterar a ordem democrática* (*O Jornal* 19 de Fevereiro de 1982).

O discurso criado acabou por ter repercussões na actuação das próprias forças de segurança, constatando-se, ao longo do dia, várias cargas policiais sobre concentrações de trabalhadores. Na Praça do Rossio, em Lisboa, a actuação da Polícia de Intervenção (PI) provoca vários feridos, inclusivamente entre jornalistas presentes no local, aos quais não valeu, segundo as declarações do profissional Joaquim Bizzaro ao jornal *O Dia*, ostentar o cartão de imprensa e gritar «somos jornalistas» (*O Dia* 13 de Fevereiro de 1982).

Mais tarde, já à noite, uma caravana de automóveis em festejo do sucesso da greve é sujeita a uma *operação stop*. Argumentando a procura por armas, os vários carros em desfile foram barrados e revistados, tendo alguns dos seus proprietários sido detidos e agredidos. De acordo com o relato do jornal *O Diário*, *Numa das viaturas descobriram uma faca ferrugenta, inutilizada, jazendo numa caixa de ferramentas. A condutora do veículo não foi dispensada de passar pela esquadra do D. Maria, «para identificação». Antes disso, os revistadores tinham informado os revistados de «hoje vamos acabar com a vossa seita toda»* (*O Diário* 14 de Fevereiro de 1982).

O cariz da operação policial que, conforme admitiu Ângelo Correia, contou com a coordenação de elementos da GEO (a polícia espanhola anti-terrorista), levou a que, face à falta de provas credíveis, o ministro recuasse nas suas posições. Perante questões

impertinentes de jornalistas, no âmbito do programa da RTP-2 «Clube de Imprensa», o ministro evitará explicações mais detalhadas sobre os acontecimentos, remetendo-as para a categoria de «segredos de Governo» (*O Jornal idem*).

Por sua vez, o juiz do 1.º Juízo de Instrução Criminal de Lisboa não deu sequer como indiciadas as acusações de crimes de rebelião e contra a segurança de Estado contra os três detidos do Parque Eduardo VII, limitando-se a acusação ao crime de posse ilegal de armas de guerra (*Diário Popular* 10 de Fevereiro de 1982).

As insinuações e acusações haviam, no entanto, sido criadas e difundidas, ajudando a preparar o terreno para os desafios do amanhã.

A madrugada sangrenta

No Porto, os festejos do 1.º de Maio organizados pela CGTP-IN decorriam, habitualmente, na Praça da República. Naquele ano, porém, a resposta à requisição do espaço público por parte do governo civil, então dirigido por Rocha Pinto (militar na reserva próximo do CDS), havia tardado. Oito meses depois do primeiro contacto, realizado a 4 de Maio, a União de Sindicatos do Porto (USP) renova o seu comunicado, obtendo, poucos dias depois, a informação de que as respectivas áreas já haviam sido requisitadas pela UGT a 27 de Abril de 1981, ou seja, ainda antes do 1.º de Maio de 1981. Semanas depois, a USP declarava não aceitar a decisão das autoridades, uma vez que, conforme estipulado por lei, qualquer indeferimento necessitaria de ser realizado no prazo de 24 horas seguidas à comunicação inicial, convocando a sua concentração para a Praça General Humberto Delgado, Avenida dos Aliados e Praça Geral da Liberdade.

O relatório produzido pela Procuradoria-geral da República (PGR) em torno dos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto refere que, embora não se possa contestar o direito da UGT a usufruir daqueles espaços, *a falta de resposta atempada aos avisos feitos pelas organizações sindicais em nada contribuíram para clarificar a situação e esclarecer, com a devida antecedência, os direitos de cada uma dessas organizações* (USP 1983, 91). Fonte próxima do governo chega mesmo a afirmar ao *Expresso* que, não obstante o âmbito legal da decisão de Rocha Pinto, a mesma *foi incorrecta sob o ponto de vista político e até humano* (*Expresso* 1 de Maio de 1982, 12).

O cenário de duas centrais sindicais rivais a partilhar o mesmo espaço é adensado pela chegada de informação à PSP do Porto a denunciar, por um lado, o reforço dos efectivos sindicais para aquele dia, oriundos de Lisboa e, por outro, o armazenamento de matracas, tubos e correntes de ferro por parte de elementos próximos da USP. Estas informações, segundo as declarações do Major Ramos de Campos, chefe da Secção Técnica – Informações e Operações – do comando distrital da PSP do Porto, foram fornecidas por *fonte estatal de alta fidelidade* (USP 1983, 135). A gravidade da situação exigia a presença da PI, chefiada pelo 1.º comissário Magalhães Teixeira e pelo 2.º comissário Magalhães Lima, um dos responsáveis pelos acontecimentos vividos meses antes no Estádio da Luz, em Maio de 1981, aquando da vitória do Benfica no campeonato nacional.

Na noite de dia 30, véspera do dia do trabalhador, os primeiros registos de confrontos ocorrem entre as 21h30 e as 21h45, resultando de pequenas “escaramuças” junto ao palco da UGT (Praça Humberto Delgado) entre simpatizantes da Intersindical e as forças de

segurança da UGT. Dá-se então uma primeira carga policial que culmina no estabelecimento de um cordão de segurança entre os apoiantes das centrais sindicais. O relatório da PGR menciona o lançamento de pedras contra esta linha, contrariado por ocasionais cargas contra os seus autores. Destas resultaram alguns feridos, em particular o subchefe José Gonçalves, *privado de oito dentes (idem, 94)*. No entanto, a grande parte das pessoas encontrava-se dispersa *pela Avenida dos Aliados, Praça da Liberdade e pelas ruas que dão acesso àqueles lugares, sem que manifestassem qualquer hostilidade às forças policiais ou ao espectáculo promovido pela UGT (idem, 93)*. Apenas a partir das 23h30, quando já havia terminado o espectáculo de variedades organizado pela UGT, é que ocorre a última carga policial, responsável por vários feridos e pela morte de duas pessoas.

A investigação do que terá ocorrido na madrugada do dia 1.º de Maio de 1982 começa por deparar-se pela não correspondência dos depoimentos de Ramos Rocha, autoridade máxima do comando da PSP do Porto, e de Magalhães Teixeira, comandante da PI, quer no que concerne a forma de execução da operação, quer no que respeita aos seus fins. Enquanto o primeiro afirma que o plano tinha *um objectivo imediato de dissuasão e de contenção das intenções, o segundo defende que o objectivo era «limpar» todo o local dos manifestantes que procuravam contrariar a realização do espectáculo da UGT (idem, 99)*.

Findas as actividades promovidas pela UGT, a CGTP tenta improvisar um palco numa carrinha que começa a subir a Avenida. Fonte anónima, nunca identificada, informa um agente da PSP de pedras e cocktails molotov escondidos nesse mesmo veículo,

anteriormente transportados por sujeitos afectos à Intersindical. Ao mesmo tempo, a deslocação de carrinhas da PI para a rua Sampaio Bruno (não para a Rua Magalhães Lemos, como havia sido delineada pelo plano operacional da PSP) é confrontada com apedrejamentos. Sem dar conhecimento a Ramos Rocha, Magalhães Teixeira emite ordens para que os respectivos comandantes da PI actuem, passando o plano a ocorrer sob sua orientação. As cargas efectuadas na Avenida dos Aliados e na Praça da Liberdade visam manifestantes, jornalistas e demais pessoas que se encontrassem na rua. O relatório é peremptório ao afirmar que *os elementos do Corpo de Intervenção agrediram indiscriminadamente todas as pessoas que se encontravam à sua frente, à bastonada e ao pontapé, e às vezes com obscenidades, independentemente do sexo e idade; quer arremessassem pedras ou nada fizessem; quer fossem em fuga ou simplesmente estivessem paradas, mormente abrigadas em paragens de autocarros ou nas soleiras dos prédios. Todos eram agredidos, muitas vezes de forma selvática e por mais de um elemento policial contra a mesma pessoa, mesmo que esta se encontrasse prostrada no chão e indefesa (idem,104)*. A busca chega a estender-se ao banco do Hospital de Santo António, aonde carregam sobre familiares e amigos das vítimas que então chegavam às urgências.

Outros batalhões da PI dirigem-se para sul (Praça Almeida Garret e Estação de S.Bento), onde se deparam com alguma resistência, manifesta no lançamento de pedras, garrafas e paus. Foi neste contexto que as forças policiais recorreram ao uso de armas de fogo (inclusivamente de metralhadoras G3), tendo sido nesta zona (próxima da Praça Garret) que Pedro Vieira, de 24 anos, e Mário

Gonçalves, de 17 anos, foram mortos. Pedro Vieira, atingido pelas costas, fruto de ricochete, e Mário Gonçalves, atingido na cabeça por um disparo realizado a poucos metros. De acordo com o relatório da PGR, a sua morte foi provocada por *lesões traumáticas crânio-encefálicas, que foram produzidas por projectil de arma de fogo, existindo fortes indícios nos autos que apontam a autoria do disparo a um elemento graduado (Comando de Pelotão ou Comandante de Secção) do Corpo de Intervenção (idem,112).*

O relatório esclarece igualmente que, ao contrário das afirmações produzidas pelo governo, fruto de uma reunião de urgência na Quinta da Marinha, não existem quaisquer provas do lançamento de cocktails molotov e de disparos realizados por manifestantes, actos que, alegadamente, haviam tornado inevitável a actuação das forças de segurança. Por sua vez, entre estas, os únicos ferimentos registados foram torções lombares, derivados do excessivo uso do cassetete (*Expresso* 1 de Maio de 1982, 12–13).

No dia seguinte, já sem a PI nas ruas, milhares de trabalhadores regressam ao centro dos acontecimentos, num ambiente de indignação, até raiva, mas sem qualquer registo de confrontos. Quatro dias volvidos, milhares de pessoas acompanhariam as urnas das vítimas mortais, a enterrar, no que Torres Couto descreveu como constituindo *uma passeata pelas ruas da cidade*. Pelas 16h30, trabalhadores de todo o país uniram-se num minuto de silêncio, apenas interrompido pelos silvos emitidos pelas sirenes de fábricas e das embarcações da Transtejo, juntos na homenagem aos que caíram (*USP* 1983, 65–70). Nesse mesmo dia, a Intersindical convoca uma greve geral para o dia 11 de Maio.

Conclusões provisórias

As demissões de Ângelo Correia (MAI), Rocha Pinto (Governo Civil do Porto) e Magalhães Teixeira (PI), embora tenham constituído uma reacção ao quase estado de excepção declarado nas ruas do Porto, não conseguiram apagar o passado. Não obstante a frustração do plano de uma hegemonia sindical afecta à UGT no Norte do país, capaz de edificar o sonho marcelista de uma elite sindical tecnocrata mais avessa à rua do que à mesa de negociações, a campanha de difamação a que a Intersindical foi sujeita não deixou de produzir os seus efeitos. Na realidade, mais do que a própria central sindical, eram os próprios trabalhadores que eram intimados a adoptar uma postura razoável, equilibrada, própria da sua condição. No final, a campanha teve consequências, admitidas sem grande pudor.

Numa entrevista concedida ao programa *Clube de Imprensa* em torno dos acontecimentos verificados durante a greve geral do dia 12 de Fevereiro, Ângelo Correia concluiu ser necessária *a existência de uma só estrutura de informação, com capacidade para assegurar a segurança do Estado democrático, sendo a interligação entre os vários sectores assegurados por um órgão*³. A revisão constitucional de 1982 viria, de facto, a considerar a criação de um sistema de informação nacional, instituído dois anos depois sob a sigla SIS, Sistema de Informações e Segurança.

3 CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 11 de Fevereiro de 1982, n.º 103, «Fui eu' – confissão de Ângelo Correia sobre a chamada do polícia espanhol», *Primeiro de Janeiro*, 14 de Fevereiro de 1982, 4.

